



## Prefeito Jairo Jorge assina lei da vigilância 24 horas nos bancos de Canoas (RS)



Bancos têm condições de contribuir mais com a segurança, disse o prefeito

Em uma solenidade bastante prestigiada, na manhã de hoje, na Prefeitura de Canoas, o prefeito Jairo Jorge (PT) sancionou a lei da vigilância armada 24 horas nas agências bancárias do município, um dos mais importantes do Estado, com o segundo PIB e a quarta maior população do Rio Grande do Sul (323.827 habitantes). “Isso trará mais segurança para a cidade e,

obviamente, o exemplo de Canoas será seguido por outros municípios”, disse o Prefeito, após a assinatura do documento. “Além disso, nesse momento de crise, estamos ampliando, onde é possível, a oferta de trabalho, pois somos parceiros do sindicato para gerar mais trabalho e mais segurança”, acrescentou.

Tendo ao lado, no salão lotado, o presidente

do Sindivigilantes, Loreni Dias, o diretor jurídico do sindicato, Gérson Farias, e o apoio André Rodrigues, além de secretários, autoridades municipais e diversos vigilantes, o prefeito ressaltou que o Rio Grande do Sul vive um momento de crise na segurança pública, no qual as agências bancárias representam um ponto de risco para o cidadão. “Se tem um setor que pode ajudar, tem condições financeiras de contribuir (com mais segurança) é o setor financeiro do nosso país”, completou Jairo Jorge, referindo-se aos ganhos dos bancos, que sempre são altos, “com crise ou sem crise”.

O secretário municipal de Segurança, Alberto Kopittke, destacou que essa lei, de autoria do vereador Paulinho De Odé (PT), foi debatida longamente na Câmara Municipal e torna a cidade, segundo ele, a mais avançada em termos de segurança bancária do Estado e também do País. “Todos os dias temos ataques, explosões, saidinhas de banco, e esta lei oferece um sistema de proteção tanto aos bancários, como aos cidadãos que vão aos bancos, como também aos vigilantes”, disse Kopittke, pois ela prevê a ainda a instalação de equipamentos de segurança nas agências, como portas eletrônicas, com detector de metais, e câmeras de monitoramento.

Para o secretário, a partir da efetivação da vigilância 24 horas nos bancos, a Polícia Civil, a Brigada Militar e a Guarda Municipal terão mais tranquilidade para cuidar de outras áreas da cidade. O prefeito alertou ainda que a lei poderá sofrer contestação judicial dos bancos, mas disse que o setor jurídico da prefeitura está preparado para agir visando garantir que ela passe a valer, se for necessário. A prefeitura também está apoiando o sindicato na implantação na cidade de um projeto da Vigicoop, a cooperativa habitacional dos vigilantes.

No seu agradecimento ao prefeito, o presidente Loreni Dias lembrou também dos vereadores que aprovaram a lei e disse que o projeto não é do Sindicato dos Vigilantes e nem dos vereadores, mas da população, que ganha com isso mais segurança e mais oportunidades de emprego. “Agradeço ao prefeito e à recepção que tivemos de todos aqui, pois Canoas foi um dos municípios que mais nos acolheu. Só tenho a agradecer e dizer que essa é uma vitória do povo canoense”, finalizou. Tão logo seja publicada no Diário Oficial do município, divulgaremos a íntegra da lei.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

**VIGILANTE**  
**PISO NACIONAL**  
**3 MIL REAIS**

**CNTV** CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES **UNI** global union **CUT** BRASIL

# ‘Esse Senado pedirá desculpas a Dilma’, diz senador Lindemberg Farias

“Essa sessão não acaba hoje, ela nunca acabará. Ficará permanentemente na História”, disse petista. Presidenta afastada sem crime de responsabilidade terá mantidos seus direitos políticos

O plenário do Senado determinou, por 61 votos a 20, a cassação do mandato da presidenta eleita Dilma Rousseff. O resultado significa que não houve nenhuma ausência nem abstenções. A defesa do afastamento, proferida pelo senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), sintetizou o caráter político e ideológico da decisão da maioria, e o desprezo pela ausência do crime de responsabilidade: o voto contra o “populismo bolivariano”. “O cidadão não quer ver o dinheiro público sendo destinado ao Foro de São Paulo e os países bolivarianos. Vamos praticar a maior assepsia da política brasileira”, disse – em referência a uma suposta inviabilização eleitoral do PT – o senador acusado de manter trabalhadores em situação análoga a trabalho escravo em sua fazenda em Goiás.

Antes, o senador Lindemberg Farias (PT-RJ) havia reafirmado a ilegalidade do impeachment, chamando o processo de uma “farsa” e apelou aos senadores que pensassem em sua biografia e no país. “Essa sessão não acaba hoje, ela nunca acabará. Ficará permanentemente na História. Aqui há dois tipos de senadores os que sabem que não houve crime e votam contra e os que também sabem, mas votam a favor”, disse. “Nós nunca esqueceremos essa data. Uma nova geração de brasileiros vai lutar para anular esse resultado e esse Senado pedirá desculpas a Dilma. O Senado está entre a infâmia e a glória. Nós vamos dormir tranquilos, porque estamos do lado certo da História.”

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou que a batalha do impeachment se

iniciou em 2014, quando saiu o resultado das eleições. “Porque aqueles que perderam numa aceitaram e tomaram a decisão política que esta sendo executada hoje de não permitir que Dilma governasse o país. Estamos aqui para o registro da História. Não há nenhum ingênuo. A decisão é política não gostam que a gente fale de golpe, mas a gente fala, porque se não houve crime não é golpe, não contra Dilma, mas contra o povo brasileiro”, disse.

Em seguida, o plenário votou, separadamente, pela inabilitação de Dilma para exercício de função pública por oito. O placar foi de 42 votos a 36 e três abstenções. Como seriam necessários 54 votos, a presidenta afastada terá mantidos os seus direitos.

Fonte: Rede Brasil Atual



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF